

PARTIDOS POLÍTICOS E A ESQUERDA ARMADA NO BRASIL.

Alexandre dos Santos Lopes¹

RESUMO

Este trabalho pretende discutir os partidos políticos e a esquerda armada no Brasil ao longo do período ditatorial, os anos de chumbo. Foi realizado um levantamento bibliográfico e documental e através das ideias de Gramsci (2000) discutimos que estudar um partido político é estudar suas relações com outros organismos políticos, escrevendo assim, a história de determinado país. Segundo os fundamentos metodológicos assumidos neste artigo, entendemos que a história de um partido só pode ser adequadamente compreendida se levarmos em conta as relações entre a organização e sua época, destas relações, as principais dizem respeito ao conflito existente entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, tanto em escala internacional quanto nacional, tanto externa quanto internamente ao partido. A luta travada entre as forças progressistas, ou seja, os movimentos de esquerda existentes neste período histórico, contra o movimento reacionário, a ditadura militar, não assume um papel catastrófico. Ela surgiu de uma deficiência política das forças dominantes, e não em virtude de uma deficiência orgânica insuperável.

Palavras-Chave: Ditadura; esquerda armada; partidos políticos.

ABSTRACT

This paper discusses the political parties and the armed left in Brazil during the dictatorship period, the years of lead. A bibliographic and documentary survey was conducted and through Gramsci's ideas (2000) discussed that study a political party is studying its relations with other political bodies, so writing the history of a given country. According to the methodological foundations made in this article, we understand that the story of a party can only be properly understood if we consider the relationship between the organization and its time, these relationships, the main concern the conflict between the different political forces, social and economic, in both international and national scale, both externally and internally to the party. The struggle waged between the progressive forces, that is, left movements existing in this historical period, the reactionary movement against the military dictatorship, assumes a catastrophic role. She came from a political deficiency of the dominant forces, and not by virtue of an insurmountable dysfunction.

Keywords: dictatorship ; armed left ; political parties.

1.0. Introdução:

Neste artigo pretendemos realizar uma discussão sobre partidos políticos e a esquerda armada no Brasil. Para compreendermos inicialmente a atuação dos partidos e movimentos revolucionários brasileiros, torna-se necessário trazer a luz do debate parte da literatura.

¹ Professor do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista.

Na introdução de *As lutas de classes na França* de 1895, Marx pode fazer uma análise sobre o partido monarquista, que por sua vez, em um processo de luta, entre os interesses agrários e urbanos, acabou dividindo-se em duas frações, os orleanistas e os legitimistas. Mas, ao longo da Segunda Internacional, fez a defesa da construção de um único partido da classe operária, pois considerava somente a existência de uma única classe operária, e esta organização, deveria ter representações, que fossem totalmente diferentes dos partidos das classes dominantes, e deveria possuir uma perspectiva de superação da ordem capitalista, opondo-se as organizações burguesas.

Lênin (1983), também pode levantar uma discussão sobre o papel do Partido Comunista em um cenário de grandes transformações sociais, ou seja, a Revolução Russa de 1917, o que representou um marco para o marxismo. Assim em o Estado e a Revolução:

o Estado não é uma força imposta do exterior à sociedade também não é, tampouco, a 'realidade da Ideia Moral', 'a imagem e a realidade da Razão', como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. Sociedade essa que se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da 'ordem'. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (LÊNIN, 1983, p. 7-8).

As contribuições de Lênin são fundamentalmente importantes para entendermos a função que o partido político assume na sociedade e do papel que assume enquanto Estado. Este seria o partido do proletariado, baseado nos princípios do centralismo democrático, e guiado pelas concepções marxianas de sociedade. A revolução comunista é o objetivo de Lênin, ao pensar a trajetória do proletariado durante a Revolução de 1917, e que definitivamente alcançou seus objetivos conduzindo o proletariado e o exército Bolchevique ao triunfo na Rússia.

Embora estas sejam contribuições fundamentais para pensarmos a dinâmica dos partidos políticos no século XX, neste artigo, para podermos compreender as formas analíticas da formação, existência e consolidação de um partido faremos uma breve análise, a partir dos pressupostos colocados por Antônio Gramsci.

Uma contribuição muito importante para que possamos entender a trajetória dos partidos políticos está fundamentado em parte, em, *O moderno príncipe* (Gramsci: 2000), foi a escolha ao debate a ser estabelecido, para podermos traçar metodologicamente pressupostos

da forma e das bases programáticas assumidas, por um partido político, em um determinado momento histórico.

Em sua apreciação sobre quem representaria o Príncipe de Maquiavel na sociedade moderna, o partido ganha destaque por representar a complexidade da sociedade no qual está situado, com a tarefa de efetivar uma ação para alcançar a existência de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada pela ação, ou seja, na filosofia da práxis, onde aparece na visão do autor, “seria a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a ser tornar universais e totais.”

Para Gramsci (2000) o partido deve assumir uma postura que contenham ideias sobre a importância das concepções democráticas, guiadas pela vontade de transformação social, que deve ser demonstrada da ação através vontade coletiva. Define vontade como algo que seja trabalhoso na necessidade histórica. Ao levantar a questão, “quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? (Gramsci: 2000; p. 17). Responde ser possível através da análise histórica da estrutura social de um país. Aborda ainda a questão de que seria impossível a formação de uma vontade coletiva se os trabalhadores não entrarem impetuosamente na vida política. O partido aparece como aquele que deva ser o que torna público e organiza a uma reforma intelectual e moral, ou seja, propicia um novo espaço para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular, que possibilite a organização de uma nova sociedade.

Ao falar sobre os aspectos teóricos e práticos do economicismo, afirma que a ideologia liberal é a proposta das classes dominantes, ressalta que o grande erro dos liberais em seu pensamento, estava baseado na separação entre sociedade política e sociedade civil, colocando que a atividade econômica é realizada pela sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. O sindicalismo teórico faz parte das classes subalternas, ou seja, dos trabalhadores, que por meio dessa percepção liberal é impossibilitada de ser tornar dominante, de conquistar uma hegemonia ético-política na sociedade civil e tornar-se dominante no Estado. Assim os adeptos ao pensamento liberal não pretendem transformar o Estado, mas somente sua orientação governamental, dito de outra forma, trata-se do revezamento dos partidos políticos no governo.

Todo partido representa a expressão de um grupo social exercendo uma função de harmonia e de decisão entre os interesses de classe do qual o Novo Príncipe representa, fazendo com que o desenvolvimento de seus militantes se dê através do consenso e com o apoio de seu arco de alianças, a conquista de um novo Estado.

O item que trata dos aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica, Gramsci (2000), levanta a discussão abordando que quando acontecem determinadas crises seus militantes abandonam seus partidos não o reconhecendo mais como expressão de sua própria classe. Afirma que as crises acontecem devido a um fracasso do setor dirigente, ou porque suas tendências internas passaram a realizar determinadas reivindicações, define assim o autor, como crise de hegemonia, ou crise de Estado em seu conjunto. Afirma que as organizações políticas nascem com o propósito de dirigir ações políticas em momentos fundamentais aos grupos que representa, no entanto, nem sempre conseguem adaptar-se às novas épocas, nem sempre conseguem desenvolver-se conforme o conjunto das relações de força. Alerta para o surgimento de uma burocracia que pode vir a ser um elemento que se constituiu e implementa uma visão na qual não considera mais a importância da luta social.

Outras pontuações metodológicas postas por Gramsci são fundamentais para a compreensão destas questões, e que sugerem que a história do Partido Comunista está intimamente ligada à história de um país e paralelamente, a trajetória de seus militantes. De certa forma essa história é também umbilical a história do Brasil e como diria Gramsci, em um de seus últimos trabalhos referenciais sobre a questão:

será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é a expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos afins, adversários, inimigos. Somente o quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país. (Gramsci: 2000, p. 87).

Segundo os fundamentos metodológicos assumidos neste artigo, entendemos que a história de um partido só pode ser adequadamente compreendida se levarmos em conta as relações entre a organização e sua época, destas relações, as principais dizem respeito ao conflito existente entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, tanto em escala internacional quanto nacional, tanto externa quanto internamente ao partido.

2.0. Partidos Políticos e a Esquerda Armada no Brasil.

A dinâmica assumida pela sociedade brasileira no pós Segunda Guerra Mundial acentuou e agravou a situação da classe operária. A entrada de fato em uma economia mundial monopolista, fez com as forças progressistas (populares) entrassem em constante luta contra o capital. As organizações que aderiram à luta armada representaram um grande exemplo destas lutas travadas contra o capital, onde o objetivo central era promover a revolução socialista. Os partidos políticos que se posicionaram contra o processo que se instalou no Brasil, em 1964, sofreram diversas dissidências e a grande maioria foi desbaratada pela polícia política.

Seguindo os pressupostos metodológicos traçados por Antônio Gramsci, quando afirma, que escrever a história de um partido é reescrever a história de um país, tentaremos reconstituir a dinâmica dos partidos políticos.

Jânio Quadros, Presidente da República eleito pela União Democrática Nacional (UDN), em 1960, chega ao poder professando ideias de intransigência a corrupção e de ênfase aos valores do lar e da família. Também prometia erradicar a inflação e racionalizar o papel do Estado na economia. Em seu curto governo, condecorou Ernesto Che Guevara, o que ocasionou grande desconfiança pelo seu partido, a UDN. Em 1961, envia carta ao Congresso Nacional renunciando ao seu posto de Presidente da República. Logo, assumiu seu vice, João Goulart, político de esquerda das bases do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que encontrava-se em visita a República Popular da China, que por sua vez foi proibido de entrar no país e assumir o posto de comando da República.

Estava então criada a polêmica: os ministros militares do governo anunciariam que Jango não poderia assumir o governo, pois havia o temor que entregasse setores importantes aos comunistas. Leonel Brizola, governador do estado do Rio Grande do Sul, em ação conjunta com Machado Lopes, comandante do exército gaúcho, interviriam nesta decisão permitindo que Goulart entrasse no país pelo Rio Grande do Sul, ameaçando afundar navios da marinha no porto da cidade de Porto Alegre caso tentassem impedir sua volta ao Brasil. Esta ameaça fez com que os ministros militares abrissem negociação.

Goulart assumiria a presidência com poderes reduzidos. Tomaz Skidmore afirma que:

O poder executivo era efetivamente transferido para o gabinete, que governaria com o apoio da maioria do Congresso. Goulart aceitou com relutância este compromisso, mas imediatamente começou a planejar a reconquista dos plenos poderes

presidenciais. Conseguiu em 1963, quando um plebiscito nacional lhe devolveu o sistema presidencial. (SKIDMORE, 1989).

Jango adotou uma política de estratégia de nacionalismo radical. Afirmava que o setor externo da economia era a causa das graves dificuldades do país. O FMI e o Banco Mundial foram criticados pela política desempenhada, em permitir que o Brasil permanecesse subordinado aos interesses dos Estados Unidos. Por isso, ele propôs uma série de reformas de base, como a reforma agrária, educação, impostos e habitação. No ano de 1964 as tensões políticas haviam se agravado, ocasionando assim, o golpe de Estado, protagonizado, sobretudo, pelo exército brasileiro.

Em 1º de abril de 1964 o exército brasileiro em oposição ao governo de João Goulart, o Jango, iniciou um golpe de Estado, depondo o presidente da república e prendendo as lideranças da esquerda brasileira, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B), tanto do movimento estudantil, como militantes ligados a Igreja Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC) e integrantes da Ação Popular (AP).

O papel assumido pelo Estado exigiu sua redefinição e uma nova articulação entre suas instâncias, num processo decisivo para a conformação da nova institucionalidade. No plano das relações da sociedade política, o golpe de Estado, ocasionou um esvaziamento progressivo das instâncias originadas da consulta política popular como arena decisória e sua transformação em um apêndice do governo, cujo núcleo central era o Executivo Federal. Desse modo, passou a favor da representação burocrática. No interior da burocracia do Executivo Federal, os militares tiveram uma ascensão progressiva como bloco dirigente do Estado e do bloco no poder, mesmo em aliança com a tecnocracia.

A luta travada entre as forças progressistas, ou seja, os movimentos de esquerda existentes neste período histórico, contra o movimento reacionário, a ditadura militar, não assume um papel catastrófico. Ela surgiu de uma deficiência política das forças dominantes, e não em virtude de uma deficiência orgânica insuperável.

Com a instituição do AI – 2, Ato Institucional nº 2, sob o governo de Castelo Branco, o presidente da República passaria a ser escolhido pelo voto indireto e o sistema bi-partidário. A extinção dos partidos políticos significou uma intervenção autoritária sobre a organização da sociedade civil, atingindo fundamentalmente os movimentos ligados a mobilização popular. Com o Ato Institucional nº 3, foram criadas as regras para o surgimento de novos partidos, que ficou limitado a dois: a Arena, governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os maiores partidos que existiam na época do AI – 3 aderiram a Arena:

UDN, PSD, PSP, e até setores do PTB. O MDB conseguiu se formar com a participação de egressos do PTB e, alguns membros do PSD. O MDB era minoritário no Congresso Nacional por representar uma força contrária aos militares.

Com uma nova constituição outorgada em 1967,

a crise de hegemonia instalada com o colapso do populismo se prolongou e se aprofundou, pois o crescimento da oposição burguesa combinou-se com a retomada da oposição popular nos anos de 1967 e 1968, fortalecendo a luta antiterrorista. A crise que adveio desse processo exigiu do governo autoritário um novo plano de ações para reforçar o cesarismo militar e aliar ainda mais o Estado e o grande capital monopolista.(MACIEL, 2004, p. 53-54).

Para podermos elucidar o conceito de capitalismo monopolista iremos nos reportar a Lênin (1983), em seu livro *O Estado e a Revolução* de 1917, onde aparece este conceito: “A guerra imperialista acelerou e acentuou consideravelmente o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado”, e o imperialismo “a época dos gigantescos monopólios capitalistas, época que o capitalismo monopolista se transforma por via de crescimento em capitalismo monopolista de Estado.” (LÊNIN: 1983, p. 14).

No Brasil, para Florestan Fernandes (1975) o relacionamento da economia brasileira com o capitalismo monopolista inicialmente se deu a partir do surgimento de grandes corporações, que muitas vezes, operavam por meio de filiais, ou mediante concessionárias, explorando várias áreas da economia: produção e fornecimento de energia elétrica, exportação de produtos agrícolas ou derivados industrializados, minérios, produção industrial de bens de consumo perecíveis, semiduráveis e duráveis para o mercado interno, etc.

Teria sido na década de 1950 que o Brasil se incorporaria ao capitalismo monopolista aparecendo como um dos pólos da periferia capitalista mundial.

Esta transformação não se dá de modo súbito mas graças a uma evolução gradual, em que tem importância específica três fatores distintos. De um lado, a ‘decisão externa’ de converter o Brasil numa economia monopolista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficientes para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por essa disposição, que iria implantar dentro do País o esquema de organização e de crescimento econômicos intrínsecos à grande corporação. De outro lado, ‘a decisão interna’ de levar a cabo a referida transformação capitalista, tão temida por muitos povos de economia competitiva dependente e subdesenvolvida. (FERNANDES, 1975, p. 256).

O capitalismo monopolista no Brasil foi provocado pelas economias centrais, ele se superpõe como um modelo ideal, ou seja, moderno. Gera impactos sob a organização, o funcionamento e o desenvolvimento das economias periféricas. A exploração de matérias-primas, a capacidade de consumo ou de produção, comércio externo, recursos humanos, excedente econômico é mobilizado de dentro para fora, posto a serviço do crescimento das economias centrais e do capitalismo mundial.

Florestan Fernandes (1975) afirma que a ‘decisão interna’ não é somente econômica. Ela se situa com uma motivação psicossocial e política. A burguesia nacional acreditava que com a aceitação de tal forma capitalista resolveria os problemas do subdesenvolvimento, o que para o autor seria uma grande ilusão. Podemos entender desta passagem que a burguesia nacional fez uma auto defesa de seus interesses de classe, uma vez ameaçados pela crise econômica mundial. O Estado Nacional Brasileiro sucumbiu aos interesses de classe que ele representa. Permitiu que a intervenção econômica e política estatal do capitalismo monopolista se tornasse viável e irreversível.

Segundo Miriam Limoeiro-Cardoso (1994), o capitalismo monopolista em Florestan Fernandes:

define-se como parte de um determinado ‘sistema de produção’, para usar a expressão pela qual Florestan o designa preferencialmente (o capitalismo); como parte deste ‘sistema’ num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista). (CARDOSO, 1994, p. 2).

Face a este artigo, entendemos que o governo brasileiro com base nas importações de bens de capital e tecnologia, com a inundação de dólares na economia brasileira, o endividamento inevitável aprofundou o padrão de acumulação monopolista liderado pelos bens de consumo duráveis. O capital externo e o capital estatal tiveram um aumento de sua importância na estrutura econômica.

E o capital privado, que papel assumiu a burguesia nacional? O capital privado ficando distante do crescimento alcançado pelos capitais estatal e internacional não encontrou outra saída a não ser atrelar-se a este padrão de acumulação monopolista, pois a burguesia nacional iria beneficiar-se e também conseguiria assumir um papel importante na política de equilíbrio da balança de pagamentos. Esta foi à base de sustentação do capitalismo monopolista brasileiro. Diante deste quadro político, qual foi o papel desempenhado pela esquerda brasileira? Quais foram os grupos que surgiram neste processo histórico?

Os comunistas acreditavam na tese de uma revolução socialista por etapas. Os realinhamentos propostos pelos PCUS apareceram na *Declaração Política de Março de 1958*,

do Comitê Central (CC) do PCB, que reafirmava sua concepção anterior da revolução brasileira por etapas, primeiro a revolução democrática, nacional e antifeudal contra o imperialismo, seguindo-se a revolução socialista, mas admitia um desenvolvimento capitalista já em efetivação e concluía pela necessidade de lutar por reformas estruturais. Para esta luta, que desencadearia a primeira das revoluções, seria possível aliar-se a alguns setores da burguesia nacional e do próprio exército.

Nesta linha de argumentação, em maio de 1965, o Partido Comunista Brasileiro, por meio de uma resolução política de seu Comitê Central, fez um primeiro esforço no sentido de avaliar o significado do golpe de 1º de abril de 1964. Este documento afirma:

a fim de estimular esse processo autocrítico, damos ao conhecimento ao Partido das principais conclusões a que pode até agora chegar o CC na análise que fez dos acontecimentos relacionados com a vitória do golpe de 1º de Abril, a respeito das falhas e erros da atividade dos comunistas. A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas debilidades, fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossa atividade nas novas condições no país. Revelou-se falsa a confiança depositada no “dispositivo militar” de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao Partido e as massas, de uma vitória fácil e imediata. Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no poder, tornaram-se evidentes. Cabe-nos analisar o processo que levou à semelhante situação. (CARONE, 1982).

Esta reflexão autocrítica é significativa pela avaliação de que na raiz dos erros do partido na condução do processo político estão as influências negativas advindas dos elementos da pequena-burguesia. Se a questão de fundo não foi objeto de polêmica, o diagnóstico em relação ao governo Goulart, porém, estava longe de ser consensual. Por isso, durante a primeira reunião do Comitê Central no pós-golpe, em 1965, as divergências se explicitaram.

Em virtude do surgimento de diferenciadas interpretações da conjuntura, que passariam a ter reflexos sobre a prática política a partir de então, foram expulsos do partido quadros importantes: Jacob Gorender, Carlos Marighela, Jover Teles, Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, entre outros.

Como afirma Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho

entre 1964 e 1967, ano do VI Congresso do PCB, houve acirrada luta interna que culminou com a vitória do secretário-geral, Luís Carlos Prestes, vitória contestada pelos derrotados, que denunciaram diversas fraudes ocorridas ao longo deste Congresso. Esse processo gerou uma série de dissidências partidárias, como aquelas que dariam origem à Ação Libertadora Nacional (ALN), ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a inúmeras dissidências estudantis em vários estados, como Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul e outros –

afinal, eram os estudantes que mais se mobilizavam na luta contra a ditadura.” (FILHO E RIDENTI, 2007, p. 108).

A ALN surgiu a partir da expulsão de Marighella do Partido Comunista Brasileiro, ocasionado pela sua participação na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana, Cuba, em 1967, sem a autorização Comitê Central.

Em São Paulo houve forte reação em relação às medidas tomadas pelo Comitê Central e suas bases desligaram-se do PCB formando, em 1967, o Agrupamento Comunista de São Paulo – AC-SP, que pouco tempo depois de seu surgimento adotaria o nome ALN. A ALN, liderada por Marighella, negava a estrutura centralizada dos partidos comunistas e, algumas questões como a montagem de uma organização revolucionária nacional, o desencadeamento de ações revolucionárias. De acordo com Jacob Gorender (1987) esta negação à estrutura partidária levou o Agrupamento Comunista a perder a maioria de seus militantes, pois, estes eram ligados ao princípio do partido político de vanguarda. Por outro lado, mantinha-se a análise do PCB no tocante ao caráter de libertação nacional da revolução brasileira, porém com críticas à suposta submissão do partido à liderança e ao campesinato liderar o processo de guerra revolucionária, desencadeado por sua vanguarda armada.

As primeiras ações revolucionárias realizadas pela então ALN, que agora deixara de ser um agrupamento paulista e passou a possuir ramificações em todo o Brasil, realizaram-se no espaço urbano, nas grandes cidades brasileiras, em 1968, através da guerrilha urbana e da guerra psicológica, prenunciadora da guerrilha rural brasileira. No ano de 1968 foi instituído em nosso país o Ato Institucional número 5, o AI – 5, que se tratava de medidas voltadas contra as ações revolucionárias desencadeadas pelos grupos guerrilheiros. Esta lei mencionava como atos revolucionários o terrorismo, assaltos a bancos, justicamento de espões estrangeiros, ataques a quartéis, desvio e captura de armas e explosivos. Conjuntamente com o AI – 5 a violência policial recrudesciu sob os agrupamentos guerrilheiros brasileiros e o movimento estudantil.

A opção feita pela Ação Libertadora Nacional pela luta revolucionária através da guerrilha justifica-se pela oposição feita ao tradicionalismo partidário empregado pelos Partidos Comunistas, em alianças feitas com a burguesia nacional. No entanto, muitas críticas foram feitas a ALN e podemos encontrá-las em documentos escritos pelos seus militantes. Alguns destes documentos foram publicados por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (Sá e Filho, 2006) e seguem-se as críticas nesta ordem:

- a) de que a organização não dispunha de estratégias;
- b) que a ALN era exclusivista, e a única pauta de reunião era a luta armada;
- c) o foco revolucionário era o seu princípio, que iriam fracassar e serem esmagados pelas forças militares, prejudicando a revolução brasileira;
- d) de que a organização não dava importância à luta de libertação nacional;
- e) de que não havia trabalho de massa, e estavam isolados do povo;
- f) que não constituíam uma organização revolucionária;
- g) de que faziam a luta sozinhos e não davam importância à frente única.

Percebe-se que estas críticas eram feitas pelos partidos comunistas, baseadas na *Declaração Política de 1958*, onde estavam contidas as diretrizes para a revolução brasileira. Revolução esta que se faria por etapas, sendo a primeira delas antifeudal, nacional e democrática, admitindo-se uma aliança com a burguesia nacional. Também as opções feitas por muitos dos grupos guerrilheiros deste período, pelo guevarismo e a inspiração da revolução chinesa, eram passíveis de críticas por parte dos PCs.

Em abril de 1968 no jornal *O Guerrilheiro*, órgão oficial da ALN, o documento “*Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*” afirmava que a guerrilha no Brasil é uma estratégia revolucionária e que seu êxito depende de três fases: planejamento e preparação da guerrilha; lançamento da organização e, por fim, da transformação da guerrilha em guerra de movimento, com a formação e o aparecimento do exército revolucionário de libertação nacional.

A repressão aos guerrilheiros recrudescceu, o próprio Marighella foi assassinado numa emboscada no dia 4 de novembro de 1969, em São Paulo. Então, o antigo dirigente do PCB, Joaquim Câmara Ferreira, voltou do exterior, onde se encontrava para fugir da perseguição policial contra todos os que participaram do sequestro do embaixador norte americano.

Em 1970, ano em que a ALN continuava a sofrer com a repressão do regime militar, Câmara Ferreira foi capturado, torturado e morto. Depois disso, a organização insistiu nas ações armadas, embora fosse crescentemente atingida pela polícia e ficasse cada vez mais isolada socialmente.

A ALN sofreu a dissidência do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) em 1971, bem como da Tendência Leninista, esta apenas entre os militantes no exílio, praticamente sem influência no território nacional. Entre 1972 e 1974, com sucessivas mortes e prisões, a ALN não tinha a mesma expressão do tempo de Marighella. Além da ALN e de suas frações.

Outro grupo significativo que teve origem no PCB foi o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Esta organização também optou pela luta armada, por meio da guerra popular que teria início no campo, e mantinha uma estrutura leninista de partido. O PCBR surgiu da disputa interna do PCB. Em 1967, a Conferência Regional do Estado do Rio de Janeiro, preparatória para o VI Congresso, resolveu desligar-se do Partido Comunista Brasileiro por compreender que o Comitê Central impediria a vitória da corrente na disputa interna pela direção do partido. Em abril de 1968, após a I Conferência Nacional, foi fundado o PCBR.

Segundo Gorender (1987, p. 103) “o PCBR veio a ser a mais típica das novas organizações que se debateram no esforço de enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicionada.”

A linha Política desta organização pode ser encontrada no documento elaborado pela *I Conferência Nacional*. Nas análises feitas neste documento Reis e Sá (2006), caracterizam o Brasil como um país essencialmente capitalista. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil conduziu a indústria de bens de consumo e meios de produção, ao crescimento do mercado interno e a um processo de urbanização, relativamente acelerado. O imperialismo conquistou um domínio do sistema industrial, comercial, financeiro, através do crescente endividamento realizado através de empréstimos e financiamentos. O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária gerou, no interior do Brasil, relações de trabalho semifeudais e semiescravas, pela ausência de investimentos e de tecnologia moderna, pela baixíssima produtividade.

A burguesia nacional não desempenhou um papel revolucionário durante o século XX como mostra a história deste século. Sendo assim, o PCBR conclui em seus documentos que “tais condições não podem traduzir-se, porém, numa luta consequente pela libertação nacional devido ao fato de que o próprio crescimento do capitalismo brasileiro se realiza através de uma dependência crescente ao sistema imperialista.” (Reis e Sá: 2006). Com esta afirmação feita pela organização percebe-se que existe uma discordância enquanto a linha política estabelecida pelo PCB na Declaração Política de 1958. Para o PCBR o desenvolvimento econômico e social brasileiro apenas será realizado mediante a uma revolução popular, socialista, que seja capaz de derrubar o poder da burguesia e do latifúndio.

No entanto, o progresso dos países socialistas do Leste Europeu desempenha papel de frear a expansão capitalista, mas considera que o capitalismo mundial não será destruído através da competição econômica. Esta análise refere-se, sobretudo, aos países conhecidos como terceiro mundo, que, não obstante, são oprimidos pelo imperialismo capitalista

patrocinado pelos Estados Unidos. O caráter da revolução brasileira, segundo os documentos publicados pelo PCBR, é socialista e, através da luta armada. A guerra de guerrilhas seria a forma pela qual a luta armada teria seu início².

O movimento de massas assume um papel fundamental na luta revolucionária, onde a guerrilha deveria entrelaçar-se com as greves econômicas e políticas, com as manifestações estudantis, dos trabalhadores e todo o povo brasileiro. A proposta da criação de uma frente única está baseada em uma aliança camponesa-operária e setores das classes médias e visando uma conjugação das ações de massas e da luta armada. O partido assumiria um papel de educador e organizador da luta revolucionária, onde o proletariado será o protagonista.

O Partido deveria assumir o marxismo-leninismo como referências principais, sendo este, uma organização de vanguarda capaz de dirigir o movimento revolucionário conforme as necessidades do proletariado. As constantes críticas, que levaram a ruptura com o PCB, também baseiam na forma de organização do partido. Nas análises feitas pelo PCBR, o PCB deixou de estar vinculado à ação revolucionária e colocam na ordem do dia um reexame das concepções ideológicas em que se baseava sua atuação política³.

Não foram somente a ALN e suas dissidências mais o PCBR que surgiram do PCB. As bases universitárias também romperam com o PCB constituindo as conhecidas dissidências estudantis (DIs). No estado do Rio de Janeiro surgiu a DI – RJ, na Guanabara a DI – GB. Surgiram dissidências estudantis também no Rio Grande do Sul, em São Paulo, Minas Gerais. A DI – RJ ficou conhecida como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR – 8), em homenagem a Ernesto Che Guevara, que foi capturado nesta data em 1967 e, também esta dissidência estudantil tinha uma publicação chamada 8 de Outubro. O MR – 8 havia participado de um sequestro, a do embaixador norte-americano, subsidiados por quadros da ALN e, conseqüentemente a polícia agiu com repressão e desbaratou a organização. A DI – GB em uma tentativa de desmoralizar a polícia e a ditadura militar assume o nome em 1969.

² Esta guerra de guerrilhas teria seu início, como cenário principal, no campo.

³ O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário põe-se contrário ao revisionismo, sobretudo, ao abandono das concepções revolucionárias do marxismo, e aquilo que foi proposto como o caminho pacífico de libertação nacional. Também existem críticas ao chamado dogmatismo, que ficou manifestado na prática de levar os princípios marxistas de acordo com as particularidades de outros países. A estruturação do partido revolucionário requer a aplicação do princípio do centralismo democrático e a democracia interna deve ser assegurada.

A linha política estabelecida pela organização foi à luta armada no campo e na cidade. Nas análises feitas em documentos Reis e Sá (2006), o Brasil aparece como país de formação capitalista dependente, não se distanciando das análises feitas pela ALN e o PCBR. A revolução para o MR – 8 é socialista não entendendo que ela deva ser feita por etapas. O proletariado deve conquistar a hegemonia do processo revolucionário conjuntamente com outras forças. Os pequenos camponeses, o semiproletariado rural, os setores assalariados empobrecidos das classes médias da população, frações das camadas inferiores dos pequenos empresários, falidos pela concorrência e poder monopolista, os estudantes e os intelectuais. Assim como o PCBR, o MR – 8 previa a construção de uma Frente Única “que se formará durante a luta revolucionária entre todos os setores e classes sociais referidos...”

Para a organização será instaurada uma ditadura do proletariado que contará com trabalhadores do campo e da cidade. Os princípios norteadores das transformações sócio-políticas operam em relação a questões fundamentais, tais como: nacionalização dos grandes monopólios, destruição das instituições burguesas, destruição das forças repressivas burguesas e constituição de forças armadas populares, economia planificada, pleno emprego, e melhorias nas condições de habitação, transporte, alimentação, saúde e educação.

Estes princípios determinam o caráter da revolução para o MR – 8. Percebe-se que a organização tenta recuperar o pensamento revolucionário do século XX, com inspiração na Revolução Cubana. Também distanciava-se das concepções dos PCs, da revolução por etapas e do chamado revisionismo.

O debate estabelecido não se limita somente às organizações dissidentes do PCB. Entre os anos 1960 e 1970, no Brasil, proliferaram diversas organizações clandestinas revolucionárias. A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – Polop) é mais um exemplo das tantas organizações deste período. Esta organização foi um resultado da fusão da Juventude do Partido Socialista – seção Guanabara, com um grupo de intelectuais próximos ao pensamento de Rosa Luxemburgo, em São Paulo, e com setores da Juventude Trabalhista – seção de Minas Gerais. A sigla Polop deriva do nome de sua publicação mais importante, *Política Operária*.

A Polop, assim como as organizações já mencionadas neste trabalho, retoma a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil, esta sugerindo que as forças produtivas estariam plenamente desenvolvidas.

Para a Polop, o capitalismo já estaria plenamente estabelecido no Brasil, havia uma interdependência entre os setores ‘modernos’ e ‘atrasados’, num processo de

desenvolvimento desigual e combinado que implicaria íntima ligação entre latifundiários, imperialistas e a burguesia brasileira. Portanto, a proposta de revolução seria descabida: tratava-se da revolução socialista. (RIDENTI e REIS, 2007).

A organização por entender que o capitalismo brasileiro teve um desenvolvimento tardio analisa que a única forma da burguesia brasileira se inserir no contexto mundial era fazendo uma aliança com a burguesia mundial, imperialista, sufocando assim, a classe trabalhadora brasileira, sobretudo, os trabalhadores rurais que sofriam com a grande concentração de terras, ou seja, com o predomínio dos latifúndios no cenário rural brasileiro. Por estas razões foi descartada a possibilidade de uma revolução burguesa no Brasil, e optou-se pela luta armada e a construção do socialismo.

As propostas socialistas da Polop podem ser encontradas no documento, *Programa Socialista para o Brasil*, publicado em setembro de 1967. O socialismo proposto baseia-se na destruição das instituições, ditas burguesas, e na construção de uma coletividade para os meios de produção, na planificação da economia, extinção da propriedade privada. Os princípios norteadores da Polop são o marxismo-leninismo, como teoria da ação revolucionária.

A construção do partido assume um papel estratégico para o caminho da revolução socialista, como órgão dirigente e educador das classes trabalhadoras. O partido teria como tarefa ser o propagador do marxismo, socialismo científico, em contraposição as ideologias burguesas, difundidas pela influência capitalista e reformista. A guerra de guerrilhas, com inspiração na teoria do foco revolucionário, da experiência da revolução cubana, é a forma pela qual a Polop propõe a luta pelo socialismo no Brasil.

As forças integrantes do processo revolucionário brasileiro, para a Polop, hegemonicamente é o proletariado. O grande aliado são os trabalhadores do campo. Setores da pequena burguesia também podem vir a ser aliados neste processo, o movimento estudantil, os soldados, cabos e marinheiros, oriundos da classe das camadas exploradas da sociedade.

Em 1967, foi realizado o IV Congresso da Polop, aprovando o Programa Socialista para o Brasil, que procura conciliar a proposta leninista de revolução com a proposta de guerrilha rural, de inspiração cubana. Conforme Jacob Gorender (1987), estas propostas levaram a Polop a uma cisão, especialmente entre os militantes de São Paulo e Minas Gerais. Os demais militantes que permaneceram na organização propuseram uma unidade das esquerdas revolucionárias, entretanto somente uma Dissidência do PCB, no Rio Grande do Sul, aderiu à

proposta formando assim uma nova organização, o Partido Operário Comunista (POC). Outras dissidências da Polop foram os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

O POC, entre os anos de 1968 e 1970, concentrou-se em um trabalho de aproximação da classe operária. Em seu documento, *Por Uma Prática Partidária*, de 1968, aparece esta questão da classe operária como classe hegemônica da revolução. Uma autocrítica é feita em relação à falta de aproximação com os trabalhadores, a organização entendia que seria necessário uma maior aproximação com os trabalhadores.

Após o seu II Congresso o POC passou por cisões internas. O grupo que era oriundo da Polop, em 1970, refunda a organização por não concordarem com a linha política do POC, na questão da luta armada urbana. Com isso, a organização ficou debilitada e foi duramente atingida pela repressão policial e praticamente deixou de existir em 1971. Seus remanescentes foram para o exílio, onde parte deste grupo se aproximou da IV Internacional.

Segundo Gorender (1987), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) é também uma cisão da ORM – Polop com militantes da seção paulista do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), de orientação brizolista. A VPR teve participação em diversas ações armadas e também em lutas estudantis. A organização ficaria conhecida pelas suas diversas ações: em 1969 promoveria a expropriação de armas no quartel do 49º Regimento de Infantaria de São Paulo, ação que provocaria o abandono do Exército por Lamarca. Esta ação ficou conhecida como “ação de Quitaúna”, que acabou ocorrendo com a prisão de dois militantes envolvidos no plano, obrigando Lamarca a abandonar o quartel às pressas carregando um carregamento de armas. Outras ações significativas foram à expropriação do cofre do ex-governador Ademar de Barros no valor aproximado de US\$ 2,5 milhões, o sequestro do cônsul japonês e dos embaixadores alemão e suíço.

Os documentos publicados pela organização podem nos dar um perfil de suas bases teóricas e políticas. O documento segundo o qual nos referimos é intitulado *A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução* de junho de 1969. Este documento tem uma “importância decisiva na definição do perfil da VPR, suas concepções de revolução, de organização revolucionária e da conjuntura que então se vivia” (FILHO e SÁ, 2006).

O título deste documento refere-se à primeira fase da revolução. E sua definição: “é a fase em que a vanguarda ainda é numericamente muito pequena e politicamente pouco presente no processo político nacional. O seu desafio ainda é fundamentalmente político e não militar, mas se faz pelas armas”. (Filho e SÁ: 2006)

Aqui se coloca o problema debatido por todas as organizações de esquerda que é o da relação entre a vanguarda e as massas. A VPR por ser muito pequena, em relação ao cenário político nacional, estava distanciada das massas e era uma organização de quadros. A referência bolchevique de partido que, tenta enquadrar as massas para a guerra revolucionária, é a opção feita pela Vanguarda Popular Revolucionária, embora a organização acredite que este partido já existisse, mas sofria de debilidades.

Os impasses políticos que paralisam a luta revolucionária na América Latina, na análise da organização, dizem respeito a uma opção de “radicalização da luta de massas com o acréscimo de ‘braços armados’, com perspectiva insurrecional na medida em que não são posteriores a um desenvolvimento das forças revolucionárias no campo”. (Filho e Sá: 2006). O impasse político da luta armada, diz respeito à insuficiência gerada em criar um desafio real para o regime, não desgastando os governos latino-americanos politicamente. A sobrevivência militar da organização clandestina depende deste vazio. Este impasse seria resolvido com a devida repercussão das ações armadas, que proporcionaria uma repercussão nacional e afastaria esta crise de crescimento das organizações clandestinas.

A VPR entendia que em um estágio avançado da luta revolucionária transformar-se-ia em um partido nacional. Utilizando os diversos meios de luta, na tentativa de dar expressão organizada a todas as formas de luta contra o regime autoritário. Assim, espantaria o impasse do vazio político, catalisando a oposição social existente em oposição política através da luta armada. O partido tornaria-se o educador das massas, necessitando de uma grande estrutura.

A guerrilha estratégica, como está denominada no documento analisado, seria a única forma de luta capaz de combinar, o apoio popular e transformar este apoio em força organizada. Fala-se também em guerrilha tática irregular onde o guerrilheiro não é permanentemente um guerrilheiro, mas realiza ações armadas em determinados momentos, e volta a sua atividade legal. Este tipo de guerrilheiro é característico do meio rural quando existe o apoio popular. Esta ação irregular destes guerrilheiros se dá pela facilidade da possibilidade de repressão em lugares onde todos se conhecem. A guerrilha tática regular é aquela em que os guerrilheiros realizam ações de sabotagem econômica e militar, a fim de atrair e paralisar as forças antagônicas.

A opção feita pela luta armada e clandestina levou a VPR a um afastamento das massas rurais e urbanas. A visão revolucionária inspirada na forma de partido bolchevique fez com que a organização tentasse atrair quadros para a construção de tal partido e, contudo, conseguisse avançar na luta armada. Estas opções da VPR as levaram a realizar diversas ações

armadas, como a “ação de Quitaúna”⁴, por exemplo, fazendo com que a polícia agisse com tamanha violência para dismantelar as ações clandestinas da VPR e, praticamente conseguiu. Reorganizada com muitas dificuldades, a VPR caminhou para a fusão com os COLINA e outros pequenos grupos de esquerda, também duramente atingidos pela repressão e, acabou por constituir uma outra organização, a VAR – Palmares, em 1969.

Os Colina (Comandos de Libertação Nacional) quando surgiu, não adotara nenhum nome para a organização porque tinha como objetivo participar de um processo maior de fusão de diversos grupos e tendências. Cisão do Agrupamento de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, realizam uma conferência, em 1968, na qual se definiram como organização política e também pelo caráter socialista da revolução brasileira e pela guerra de guerrilhas.

As análises feitas pela organização em seu documento⁵, escrito em abril de 1968, enfatiza que “as condições históricas concretas a luta armada assume o aspecto fundamental entre as formas de luta” (COLINA: 1968). A guerra de guerrilhas, opção feita pela organização, seria o embrião do exército popular, que não se traduz na luta de um povo inteiro. A estratégia adotada é a teoria do foco, onde a guerrilha rural deveria se estabelecer em lugares de difícil acesso e travar a luta revolucionária pela libertação nacional.

Por acreditarem que o latifúndio e a industrialização brasileira atrelada ao capital internacional geraram problemas que não foram resolvidos nem pelo Partido Comunista Brasileiro, muito menos pela burguesia nacional, a resposta seria a preparação de uma organização revolucionária que promovesse a guerra de guerrilhas. A escolha de regiões pouco acessíveis é uma tentativa de encontrar o ponto fraco da repressão militar, que possuía suas bases em regiões urbanas, e que o guerrilheiro deveria sobreviver em lugares inóspitos das mais longínquas regiões brasileiras.

Em citação a uma reflexão de Che Guevara podemos sintetizar o que os Colina estavam refletindo naquele momento histórico:

É preciso ficar bem definido que a guerra de guerrilhas é uma fase da guerra e que, por si só, não tem a oportunidade de conseguir o triunfo final. É uma das causas primárias da guerra e irá se desenvolvendo até que o exército guerrilheiro, em seu crescimento constante, adquire as características de um exército regular. Neste momento estará pronto para aplicar golpes definitivos ao inimigo e alcançar a vitória. O triunfo final será sempre o resultado da ação de um exército regular,

⁴ Assalto ao Quartel do Exército em Quitaúna, São Paulo, que acabou sendo descoberto pela polícia instantes antes de sua realização.

⁵ Concepção da Luta Revolucionária é um documento significativo do Colina, pois está expresso as concepções da realidade brasileira, assim como o da revolução brasileira e a organização do partido.

embora suas origens estejam no exército guerrilheiro. (GUEVARA, apud FILHO e SÁ, 2006).

As bases explicativas para as concepções adotadas pelos Colina estão expressas nesta reflexão de Guevara. O foco guerrilheiro seria o embrião do exército popular. Poder alternativo que iria assegurar a vitória contra a burguesia, assegurando a libertação nacional através da luta antiimperialista e antilatifundiária.

Os Colina, em 1969, sofreram um forte ataque da polícia, em Minas Gerais, desmantelando a organização. Mas, a organização não fora destruída por completo e, no mesmo ano outros grupos aderiram aos Colina: uma Dissidência do Rio Grande do Sul que não aceitou a fusão com o POC; A Dissidência da Dissidência (DDD), que reunia militantes da DI – GB; o Núcleo Marxista Leninista da AP, do Rio de Janeiro, e militantes dos estados da Bahia, Pernambuco e Goiás. Neste mesmo ano, os Colina fundiriam-se a VPR formando assim, a VAR – Palmares.

A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares) resultada da fusão de diversas organizações provindas do Partido Comunista Brasileiro, da ORM-Polop e da AP e também reúne quadros do MNR. A organização analisava em seu programa, de setembro de 1969, a situação das classes sociais brasileiras a fim de determinar sua condição econômica e ideológica e suas atitudes face a revolução.

A burguesia industrial, comercial e financeira são os detentores dos meios de produção ou simples administradoras daqueles que são propriedade direta do imperialismo. Sua política e ideologia eram a expressão dos interesses de concentração e centralização do capital no quadro da integração do imperialismo. O latifundiário constituía-se historicamente na forma econômica principal do capitalismo no campo e está voltado ao mercado imperialista. Estas classes constituem o bloco das classes dominantes no Brasil.

De forma antagonica está a classe operária urbana e rural. O proletariado é a classe social capaz de dirigir a revolução brasileira. O proletariado rural assume uma importância fundamental para a revolução derivada das condições de existência do capitalismo atrasado e dependente do Brasil. Os trabalhadores assalariados agrícolas trabalham pelo salário ínfimo e irregular, devendo assim desempenhar um papel relevante no desenvolvimento da luta revolucionária, pois estariam no centro do palco revolucionário, reunindo características como concentração, organização coletiva de trabalho, desvinculação dos meios de produção. Os trabalhadores das empresas agrícolas, constituído de posseiros, parceiros, minifundiários, arrendatários, foreiros, o semiproletariado caracterizava-se pela venda de sua mão-de-obra, ao

mesmo tempo em que trabalhavam como produtores independentes para a sua subsistência ou diretamente para o mercado.

Diante desta análise acerca das classes sociais brasileiras conclui-se que para atingir as metas necessárias à construção do socialismo, protagonizada e dirigida pela classe operária, a luta armada seria a única maneira de conquistar tal hegemonia proletária. A aliança camponesa-operária seria fundamental para alcançar tais objetivos. Assim como podemos encontrar no programa da VAR – Palmares:

o exército revolucionário é a corporificação da aliança particular que o proletariado estabelece com as demais massas trabalhadoras, aliança político-militar que se constrói através da progressiva mobilização e organização armada das massas. (Filho e Sá: 2006)

A questão do partido assume importância fundamental na luta revolucionária. O partido marxista-leninista asseguraria a coesão dos trabalhadores urbanos e rurais com uma firme direção política e ideológica. Para a organização não existe oposição entre o partido urbano e a guerrilha rural, pois só existirá direção partidária se forem criados no exército revolucionário organismos que facultam a efetivação dessa direção, que aproximam o exército do partido.

Em face destas concepções de luta revolucionária e organização do partido a partir da análise das classes sociais brasileiras a VAR –Palmares lança-se na luta armada e clandestina no Brasil. No entanto, divergências referentes às concepções das tarefas políticas e militares, entre lutas sociais e luta armada, levaram a dissolução da organização. Uma parte dos militantes reconstruiu a VPR. Outro grupo desligou-se da VAR, discordando tanto das concepções analisadas da VAR – Palmares quanto da VPR, formando assim a Dissidência da VAR –Palmares (DPV).

Não podemos nos esquecer do papel que a Ação Popular (AP) desempenhou no cenário das organizações de esquerda no Brasil. A AP formou-se a partir de quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1963. A AP teve forte participação no movimento social e estudantil e também participou da organização de trabalhadores rurais.

No documento-base de 1963, a AP opta pela luta revolucionária, por uma política de preparação revolucionária, na organização popular, realizando assim, um trabalho de organização de massas. A aliança camponesa-operária seria a força motriz da revolução brasileira, como ficou demonstrada nas revoluções socialistas no mundo. No entanto, neste

documento não aparece nenhuma formulação referente à diretriz política da organização nem uma formulação de como seria realizada a revolução no Brasil.

Somente em 1971 a Ação Popular define-se como organização marxista-leninista-maoísta. Percebe-se a influência de Mao Tse-Tung sob a organização. Conforme se encontra no Programa Básico de 1971:

O maoísmo ou pensamento de Mao Tse-Tung é ao mesmo tempo uma continuação e uma nova etapa do marxismo-leninismo: é a terceira etapa do marxismo, o marxismo-leninismo de nossa época, da época revolucionária em que o imperialismo caminha para sua ruína completa e o socialismo avança para a vitória em escala mundial. (FILHO e SÁ, 2006, p. 372).

A revolução popular chinesa assume aspecto fundamental na ação política da AP, como continuação da obra de Marx e Engels. As revoluções socialistas ocorridas durante o século XX assumiram táticas diferenciadas. Enquanto a russa propunha uma transformação pela via proletária, para os cubanos a tática era a do foco guerrilheiro sem a participação das grandes massas, na China iniciou-se um processo através dos trabalhadores do campo.

Nas concepções expostas pelas resoluções da organização, a revolução brasileira seria parte integrante da revolução mundial. A proposta de unir todos os partidos marxista-leninistas para derrotar o imperialismo, o revisionismo, e a exploração do homem pelo próprio homem. O programa máximo da AP consiste na emancipação proletária face a dominação burguesa, substituindo a ditadura da burguesia pela ditadura do proletariado, vencer o capitalismo com o socialismo e realizar o comunismo no mundo inteiro.

A revolução brasileira, por sua vez, consistiria por uma visão etapista. A primeira etapa seria uma transformação democrática e popular, antiimperialista e agrária. Esta revolução teria como tarefas a de libertar o país, liquidar o domínio do imperialismo estadunidense e a tarefa democrática de conquistar as liberdades democráticas do povo, liquidar o sistema latifundiário e todas as formas semifeudais e feudais de exploração e libertar os camponeses. Com esta mudança econômica, política e social de cunho nacional, democrática e popular teria como objetivo derrubar a ditadura militar instalada no Brasil. Também exigiria a estatização de todas as empresas do grande capital internacional e nacional, o confisco das terras dos latifundiários e sua distribuição para os camponeses e assalariados agrícolas. Para conquistar tais êxitos deveria ser instalada a luta armada no país, construindo assim um exército revolucionário, e um partido marxista-leninista-maoísta.

Outra dissidência da qual pretendemos falar brevemente, é o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha – PC do B – AV. A Ala vermelha surgiu em 1966, como uma ruptura

do Partido Comunista do Brasil (PC do B), ocasionado pelo texto apresentado a VI Conferência neste mesmo ano. Os militantes que haviam viajado para a China, para fazerem estágios e treinamentos, articularam-se em oposição ao partido, fundando assim, a nova organização.

Esta oposição publicou um texto *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. Este documento representa uma forte crítica ao PC do B devido as suas concepções sobre a revolução brasileira.

Neste documento encontramos as formas pela qual a Ala Vermelha analisa a situação política brasileira, a elaboração de uma estratégia e táticas para a revolução brasileira e a forma pela qual se desenvolveria o processo revolucionário. Fala-se que o Brasil é um país neocolonial e, que estas forças estrangeiras comandadas pelos Estados Unidos ganharam espaço no Brasil devido o apoio e aceitação da política de dominação pelos grandes capitalistas brasileiros, os latifundiários, a burguesia exportadora-importadora e a burguesia financeira. Estes setores estariam no campo da contra-revolução.

Do outro lado, estariam as classes menos favorecidas, ou seja, exploradas, as camadas sociais que constituem a força revolucionária: o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia, o semi-proletariado. A burguesia nacional, pelo fato de também estar submetida à opressão neocolonialista, se constitui uma força revolucionária. Para se alcançar os objetivos revolucionários, seria necessário que o proletariado fosse o protagonista desta união de classes, ou seja, a aliança camponesa-operária. A estratégia principal da Ala Vermelha seria a destruição das forças militares, agrárias, e a burguesia atrelada ao capital internacional.

Por esta razão, a atual etapa da revolução brasileira objetiva instituir um regime democrático, sob a hegemonia do proletariado, e realizar transformações na estrutura da sociedade, correspondentes às necessidades da grande maioria da nação, ou seja, do povo brasileiro, o que a caracteriza como uma etapa de democracia popular. (FILHO e SÁ, 2006).

Portanto, o caráter da revolução brasileira seria anticolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas.

A tática desenvolvida pela organização foi a luta armada, através da guerra popular, nos moldes da revolução chinesa. A guerra insurrecional foi descartada, ou seja, o processo de desenvolvimento do movimento de massas, a luta urbana. A opção adotada foi a guerrilha rural, por acreditarem que as forças de repressão social eram mais vulneráveis no campo, pelo simples fato do aparato militar estar concentrado nas grandes cidades brasileiras. A guerra popular “é a forma que a luta armada assume quando, a partir de pequenas ações armadas, se

desenvolve paulatinamente até envolver a participação de todo o povo.” Diferentemente da tática cubana, a Ala Vermelha previa a participação de todo o povo na luta revolucionária, para a conquista do socialismo.

O partido seria forjado através da luta armada e assumiria o papel de vanguarda do proletariado. O partido teria como diretrizes metodológicas o marxismo-leninismo e comandaria o exército popular revolucionário.

A Ala vermelha havia participado das lutas sociais durante a década de 1960. Na década de 1970 a organização ocupou a rádio de Santo André e, emitiu mensagens revolucionárias. As forças policiais vinham armando um cerco a organização desde 1969, contribuindo para o isolamento político. Com isso, a Ala Vermelha começa a fazer uma autocrítica às formas de luta, até então realizadas e a suas concepções referentes à revolução brasileira, escrevendo um texto *Os 16 pontos*, que seria a primeira mostra de autocrítica em relação à avaliação de conjuntura e à oportunidade da prática das ações armadas.

Este documento indica que opção adotada para o desencadeamento da luta armada foi errada. O maior erro cometido foi não ter encarado o desenvolvimento de um movimento de massas.

A ausência de um trabalho político junto as massas básicas, nosso desligamento delas criava as condições para que essa ‘luta armada’ se limitasse a ações armadas de vanguarda. Daí o desejo de transformar o partido em ‘exército’, em ‘unidades de combate’, isto é, ao liquidacionismo aberto ou sutil, o passo é pequeno. Isto resultou também da falta de perspectiva para a orientação do trabalho de massas. (FILHO e SÁ, 2006).

Esta resolução marca o início de uma nova etapa da Ala Vermelha. A partir dela, os militantes teriam outras concepções de atuação política frente à sociedade. O partido assumiria tarefas de organização de atividades como greves, piquetes, na luta contra o arrocho salarial, contra o Fundo de Garantia, contra a lei antigreve, contra a intervenção nos sindicatos. Estas lutas assumiriam um caráter de contestação a ditadura militar e teriam como meta final a derrubada da ditadura militar.

De acordo com Jacob Gorender (1987), antes de 1968, somente a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) implementaram ações armadas. Os dois últimos eram dissidentes da POLOP que aderiram abertamente ao foquismo. A ALN, dissidência do PCB de 1967, comandada por Carlos Marighella e João Câmara Ferreira veio a ser, pelo menos até o final de 1969, a principal interlocutora do governo de Fidel Castro no Brasil.

O foquismo, ou teoria do foco revolucionário, originava-se na crença de que a Revolução Cubana teria se iniciado a partir da ação isolada de poucos homens. As condições objetivas para a revolução estavam dadas na América Latina e a ação de um foco guerrilheiro poderia acelerar o amadurecimento das condições subjetivas das amplas massas. Introduzindo uma variação considerada necessária no marxismo clássico, o foco atuaria junto aos camponeses e, posteriormente, com estratégias de caráter verdadeiramente militar, a luta armada deveria se espalhar até a derrubada do inimigo no poder.

Obviamente, esse processo de dismantelamento das organizações de esquerda, sindicatos, entidades estudantis, partidos de esquerda, determinou alterações entre Estado e sociedade civil.

3.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO, Frei. Cristianismo e marxismo. In: LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma utopia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

BETTO, Frei. A Educação nas classes populares. In: *Encontros com a civilização brasileira*. v.13 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BORON, Atílio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A Hora do Mercado*. Crítica do Liberalismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo dependente, autocrítica burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. In: *Instituto de estudos avançados da universidade de São Paulo*. 1994.

CARONE, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.

DIAS, Reginaldo Benedito. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo. In *Revista Brasileira da História das Religiões*. Ano I, nº 1.

Diretório Nacional. *O PT e as Organizações*. São Paulo, 1990.

DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação. In LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina. Uma utopia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: ed. Perseu Abramo, 1999.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. Frente Popular Brasil – Da aliança à Solidariedade. Teoria e Debate. São Paulo: N° 08. out.; nov.; dez., 1989.
- FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira (orgs). *Imagens da Revolução. Documentos Políticos das organizações clandestinas de esquerda dos 1961-1971*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais*, São Paulo: Loyola, 1995.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas à esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- JR, Armando Boito. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GREINACHER, Norbert. Teologia no “Primeiro Mundo”? In BOFF, Leonardo (org). *Igreja: Entre norte e sul*. São Paulo: ED. Ática, 1995.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: edições graal, 1978, p.11 e seguintes.
- KAREPOVSS, Dainis e LEAL, Murilo. Os Trotskismos no Brasil: 1966-2000. IN RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- LENIN, V. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- LIBARDI, Ana Paula de Souza. A Guerrilha armada: A ALN na imprensa (1969-1974). In Revista Agora. Vitória: n° 6, 2007.
- PRZEWORKSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- RAMOS, Alcides Freire. *A luta contra a ditadura militar e os intelectuais de esquerda*. In Revista de História e Estudos Culturais. Universidade estadual de Uberlândia: vol. 3, n° 1, jan/fev/mar/ 2006.
- REIS, Daniel Aarão (org). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas Armadas Urbanas 1964-1974*. IN RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

- SADER, Emir (org). *Gramsci: poder, política e partido*. Expressão Popular: São Paulo, 2005.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo à Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.